Novo Estado Participações S.A.

Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Novo Estado Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Novo Estado Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Novo Estado Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 28 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013652

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 30.715.875/0001-30
NIRE N° 42 3 0004949-2
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte - Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Participações S.A. ("NEP" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a Novo Estado Participações S.A. é uma sociedade anônima cujo objeto social é participar, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Por sua vez, a NEP controla a Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado"), uma Companhia cujo objeto social é a implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote 03 do Leilão de Transmissão 02/2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica, composto por instalações de transmissão de energia localizadas nos estados do Pará e Tocantins, cujo início de operações está prevista para dezembro de 2021.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Implantação

Ao final de 2021, o avanço geral do projeto Novo Estado estava em 91,5%. As obras estão em andamento, tendo atingido 92% das fundações das torres concluídas, 79% da montagem e 56% do lançamento dos cabos condutores das linhas de transmissão. No mês de dezembro foi concluído o comissionamento das Subestações Serra Pelada e Itacaiúnas e da linha de transmissão Serra Pelada – Itacaiúnas. Esse conjunto de ativos foi energizado em 19 de dezembro, iniciando a operação comercial parcial do projeto.

Já a linha de transmissão Serra Pelada – Miracema, tem previsão de entrada em operação no primeiro trimestre de 2022. Para a linha de transmissão Xingu – Serra Pelada, a previsão de entrada em operação é no quarto trimestre de 2022.

5. Desempenho econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

	Consolidado		
Indicadores de resultado	**31.12.2021**	**31.12.2020**	**Variação (R$)**
Receita operacional líquida	1.772.435	1.401.846	370.589
Custos operacionais	(1.663.493)	(1.241.014)	(422.479)
Resultado do serviço (EBIT)	106.888	159.790	(52.902)
EBITDA (Lajida)	106.888	159.790	(52.902)
Resultado financeiro	(307.679)	(47.650)	(260.029)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(141.920)	72.568	(214.488)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia, por meio de sua controlada direta Novo Estado, é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Novo Estado e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

Receita operacional líquida: acréscimo de R$ 370.589, referente, principalmente, à elevação de R$ 263.261 na remuneração do ativo de contrato; e R$ 107.254 correspondente ao incremento na receita de construção – ambos consequência da evolução na execução das obras de construção do Sistema de Transmissão Novo Estado. Adicionalmente, a receita de remuneração de infraestrutura de transmissão também é impactada pela variação do IPCA.

Custos operacionais: aumento de R$ 422.479, referente, principalmente, ao aumento de R$ 327.398 de perdas por ineficiência na construção e de acréscimo de R$ 95.081 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: os decréscimos são oriundos, substancialmente, dos efeitos promovidos pelas perdas por ineficiência na construção em 2021, parcialmente atenuados pelo impacto da remuneração do ativo de contrato.

Resultado financeiro: acréscimo motivado pelas liberações de financiamento com o banco BASA e com o BNDES em 2021 para financiamento das obras de implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado e aumento em função da atualização monetária em virtude, principalmente, do acréscimo dos índices inflacionários.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

O Acordo de Acionistas assinado na emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis, indica que, a partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a Companhia obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 30.715.875/0001-30| NIRE N° 42 3 0004949-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	91	8.407	223.049	47.850
Dividendos a receber de controladas	7	20.308	20.308	-	-
Depósitos vinculados	6	45.360	-	45.360	-
Ativo de contrato	5	-	-	170.154	-
Outros ativos circulantes		668	200	17.499	1.122
		66.427	**28.915**	**456.062**	**48.972**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	3.379	3.406	13.479	-
Depósitos vinculados	6	-	43.778	-	43.778
Ativo de contrato	5	-	-	2.906.591	1.593.863
Outros ativos não circulantes		-	-	29	12
		3.379	**47.184**	**2.920.099**	**1.637.653**
Investimento	**7**	**856.707**	**963.269**	**-**	**-**
Imobilizado		**-**		**512**	
Intangível	**8**	**-**	**-**	**316.268**	**316.268**
		860.086	**1.010.453**	**3.236.879**	**1.953.921**
TOTAL		**926.513**	**1.039.368**	**3.692.941**	**2.002.893**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 30.715.875/0001-30| NIRE N° 42 3 0004949-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	14.268	52.840
Financiamentos	11	-	-	39.289	4.563
Obrigações fiscais e regulatórias	13	15	4	15.990	11.390
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	6	45.357	7.200	45.357	7.200
Outros passivos circulantes		-	-	2.049	931
		45.372	**7.204**	**116.953**	**76.924**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	11	-	-	2.617.979	771.504
Ações preferenciais resgatáveis	12	531.216	504.784	531.216	504.784
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	76.868	122.301
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	6	-	36.000	-	36.000
		531.216	**540.784**	**3.226.063**	**1.434.589**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15**				
Capital social		419.277	418.812	419.277	418.812
Reservas de lucros		-	72.568	-	72.568
Prejuízos acumulados		(69.352)	-	(69.352)	-
		349.925	**491.380**	**349.925**	**491.380**
TOTAL		**926.513**	**1.039.368**	**3.692.941**	**2.002.893**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 30.715.875/0001-30| NIRE N° 42 3 0004949-2

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	**-**	**-**	**1.772.435**	**1.401.846**
Custos operacionais					
Custos de implementação de infraestrutura		-	-	(1.663.493)	(1.241.014)
		-	**-**	**(1.663.493)**	**(1.241.014)**
LUCRO BRUTO		**-**	**-**	**108.942**	**160.832**
Despesas operacionais					
Receitas (despesas) gerais e administrativas		798	(1.086)	(2.267)	(1.042)
Outras receitas operacionais		-	-	213	-
		798	**(1.086)**	**(2.054)**	**(1.042)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		(114.412)	83.963	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**(113.614)**	**82.877**	**106.888**	**159.790**
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		1.740	1.185	9.768	4.507
Variação monetária sobre financiamentos	11	-	-	(167.023)	(20.148)
Juros sobre financiamentos	11	-	-	(110.229)	(13.980)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	12	(27.763)	(4.784)	(27.763)	(4.784)
Juros sobre debêntures		-	(9.820)	-	(9.820)
Outras despesas financeiras, líquidas		(2.214)	(296)	(12.432)	(3.425)
		(28.237)	**(13.715)**	**(307.679)**	**(47.650)**
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**(141.851)**	**69.162**	**(200.791)**	**112.140**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17	(42)	-	(41)	-
Diferido	17	(27)	3.406	58.912	(39.572)
		(69)	**3.406**	**58.871**	**(39.572)**
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(141.920)**	**72.568**	**(141.920)**	**72.568**
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**(0,33849)**	**0,14111**	**(0,33849)**	**0,14111**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(141.920)**	**72.568**	**(141.920)**	**72.568**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(141.920)**	**72.568**	**(141.920)**	**72.568**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 30.715.875/0001-30 | NIRE N° 42 3 0004949-2

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

		Capital social			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva de capital - ágio na emissão de ações	Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**
Aumento de capital		418.811	-	-	-	-	-	418.811
Ações preferenciais resgatáveis		250.000	250.000	(500.000)				-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	72.568	72.568
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal		-	-	-	3.628	-	(3.628)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	68.940	(68.940)	-
Saldos em 31.12.2020	**15**	**668.812**	**250.000**	**(500.000)**	**3.628**	**68.940**	**-**	**491.380**
Aumento de capital		465	-	-	-	-	-	465
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(141.920)	(141.920)
Absorção do prejuízo com reservas		-	-	-	(3.628)	(68.940)	72.568	-
Saldos em 31.12.2021	**15**	**669.277**	**250.000**	**(500.000)**	**-**	**-**	**(69.352)**	**349.925**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 30.715.875/0001-30| NIRE N° 42 3 0004949-2

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(141.851)	69.162	(200.791)	112.140
Conciliação do resultado com o caixa das operações:				
Resultado de participações societárias	114.412	(83.963)	-	-
Remuneração do ativo de contrato	-	-	(356.649)	(93.388)
Juros	27.763	14.604	137.992	28.584
Variação monetária	-	-	167.023	20.148
Resultado ajustado	**324**	**(197)**	**(252.425)**	**67.484**
Aumento nos ativos				
Ativo de contrato	-	-	(1.166.449)	(1.500.475)
Depósitos vinculados	(1.581)	(43.778)	(1.581)	(43.778)
Outros ativos	(2.229)	(802)	(18.033)	(4.514)
Aumento nos passivos				
Fornecedores	-	-	1.644	52.840
Obrigações fiscais e regulatórias	11	-	4.600	11.337
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	2.157	43.200	2.157	43.200
Outros passivos circulantes	-	4	997	6.213
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**(1.318)**	**(1.573)**	**(1.429.090)**	**(1.367.693)**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(16)	-	(16)	-
Pagamento de juros sobre dívidas	-	(8.931)	(36.082)	(8.931)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(1.334)**	**(10.504)**	**(1.465.188)**	**(1.376.624)**
Atividades de investimento				
Aplicação no imobilizado	-	-	(512)	-
Aquisição de investimento	-	(372.144)	-	-
Aumento de capital em controladas	(7.850)	(527.501)	-	-
Valor justo dos direitos dos projetos adquiridos	-	-	-	(236.021)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(7.850)**	**(899.645)**	**(512)**	**(236.021)**
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	465	418.811	465	418.811
Emissão de debêntures	-	499.110	-	499.110
Pagamento de debêntures	-	(500.000)	-	(500.000)
Ações preferenciais resgatáveis emitidas	-	500.000	-	500.000
Custo de ações preferenciais resgatáveis emitidas	(1.331)	-	(1.331)	-
Captação de financiamentos	-	-	1.640.031	741.939
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	1.734	634	1.734	634
Caixa líquido das atividades de financiamento	**868**	**918.555**	**1.640.899**	**1.660.494**
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(8.316)**	**8.406**	**175.199**	**47.849**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	8.407	1	47.850	1
Saldo final	91	8.407	223.049	47.850
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(8.316)**	**8.406**	**175.199**	**47.849**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Participações S.A. (“Companhia” ou “NEP”), anteriormente denominada ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A., com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 15.06.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar, como *holding*, no capital de Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

Em 03.03.2020, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, foi concluída a operação de aquisição de 100% das ações de Novo Estado Transmissora de Energia S.A. (“Novo Estado”) pela Companhia. A Novo Estado detém a concessão do Lote 3 do Leilão de Transmissão Aneel n° 002/2017, realizado em dezembro de 2017. O objeto da referida concessão é a construção, operação e manutenção de aproximadamente 1.800 quilômetros de linhas de transmissão, uma nova subestação e a expansão de outras três subestações existentes nos estados do Pará e Tocantins pelo prazo de 30 anos. O prazo limite para início da operação da linha de transmissão, cuja RAP é de R$ 313 milhões, é 09.03.2023.

Em 23.12.2021, a Novo Estado obteve autorização do ONS para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A expectativa de entrada em operação comercial total está prevista para dezembro de 2022.

Em 2021 e 2020, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia”).

Pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis consolidadas e individuais. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2022.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da controladora, NEP, e de sua controlada adquirida em 2020, Novo Estado, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. A Novo Estado é sediada no Brasil.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.3) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.4) Ações preferenciais resgatáveis

Correspondem a ações preferenciais resgatáveis classificadas como passivos financeiros de acordo com a natureza e as características dessas ações, que determinam o pagamento de dividendos prioritários e cumulativos e resgate programado ou mandatório das ações a critério de seus titulares. As ações preferenciais resgatáveis são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas emissões e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente deste contrato – RAP (Receita Anual Permitida) – a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação da linha de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos no respectivo plano de negócios. A margem proposta, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado "Parcela Variável" sobre à RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Investimento

c.1) Investimentos em empresas controladas diretamente

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c.2) "Mais valia" e combinação de negócios na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido das sociedades adquiridas é reconhecida no investimento como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida; e (ii) ágio, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e, esta diferença, representa a expectativa de geração de valor futura.

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O ágio decorrente da combinação de negócios, o qual é registrado no intangível, é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

e) Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

f) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 17		
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 18		
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19		
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC n° 50		
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	82	114	1.773	312
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	9	8.293	221.276	47.538
	91	**8.407**	**223.049**	**47.850**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - ATIVO DE CONTRATO

Em março de 2020 a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Novo Estado, detentora da concessão do Lote 3 do Leilão de Transmissão n° 002/2017, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP desta concessão é de R$ 313.100, com deságio de 35,73% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R$ 488.145. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R$ 1,8 bilhão.

a) Ganho (perda) por eficiência (ineficiência) na implementação de infraestrutura de transmissão

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado.

No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R$ 288.660 referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura (em 2020 foi reconhecido ganho de R$ 38.738). A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pelo aumento do CAPEX previsto para a implantação do Sistema de Transmissão, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa do projeto.

b) Premissas adotadas

Premissas	Novo Estado
Margem de construção	2,24%
Margem de operação e manutenção	55,55%
Taxa de remuneração	7,79%
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	313.100
RAP anual – Construção (valor nominal)	270.416
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2021	2.792.484
Estimativa para entrada total em operação comercial	12.2022
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	03.2023
Vigência do contrato de concessão	03.2048

c) Mutação do ativo de contrato

O ativo de contrato de concessão está apresentado no ativo não circulante e sua movimentação é apresentada abaixo:

	Consolidado
Aquisição de controlada	153.279
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.279.752
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	28.706
Ganho por eficiência na construção	38.738
Juros	31.817
Variação monetária	61.571
Saldos em 31.12.2020	**1.593.863**
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.374.833
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	40.879
Perdas por ineficiência na construção	(288.660)
Juros	160.732
Variação monetária	195.917
Recebimentos RAP construção	(819)
Saldos em 31.12.2021	**3.076.745**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	170.154
Ativo não circulante	2.906.591
	3.076.745

Em 2021, o Sistema de Transmissão Novo Estado teve sua entrada em operação comercial parcial autorizadas pela ONS, o que representou, aproximadamente, 4% de sua capacidade total.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS E OBRIGAÇÕES VINCULADOS À AQUISIÇÃO DE INVESIMENTOS

Os depósitos no valor de R$ 45.360 (R$ 43.778 em 31.12.2020), foram efetuados para garantir o cumprimento de determinados compromissos contratuais assumidos pelo vendedor da Novo Estado. Em agosto de 2021, houve a reclassificação desta garantia para o circulante, em função da expectativa de liquidação no curto prazo, haja vista que as condições estão vinculadas, principalmente, à entrada em operação comercial do Sistema de Transmissão Novo Estado.

A Companhia mantém registrado em seu passivo circulante, na controladora e no consolidado, em "Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos", o montante de R$ 45.357 (R$ 43.200 , dos quais R$ 7.200 no passivo circulante e R$ 36.000 no passivo não circulante, em 31.12.2020), referentes ao valor estimado para honrar este compromisso junto ao vendedor da Novo Estado, nos termos descritos no parágrafo anterior.

NOTA 7 - INVESTIMENTO

a) Composição

	31.12.2021	31.12.2020
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	620.686	727.248
Mais valia na aquisição de investimentos	236.021	236.021
	856.707	**963.269**

b) Mutação do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

	Saldo em 31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2021
Novo Estado	727.248	7.850	(114.412)	620.686
	727.248	**7.850**	**(114.412)**	**620.686**

c) Informações financeiras da controlada

As principais informações sobre a Novo Estado, cujo exercício social também é encerrado em 31 de dezembro, estão apresentadas a seguir:

	Capital social	Ativo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Participação (%)
Novo Estado	667.102	3.330.553	620.686	(114.412)	100

d) Dividendos a receber da controlada

Em 31.12.2021 e 31.12.2020, a Companhia possui R$ 20.308 de dividendos a receber oriundo da controlada Novo Estado.

NOTA 8 - INTANGÍVEL

	Consolidado
	31.12.2021 e 31.12.2020
Direitos de projetos em desenvolvimento	236.021
Ágio - Novo Estado	80.247
	316.268

Os direitos de projetos em desenvolvimento correspondem ao valor justo pago quando da aquisição de Novo Estado pela controlada direta Novo Estado Participações S.A. que excedia o valor contábil dos ativos líquidos, o qual foi apurado por avaliador externo especializado para avaliação a valor justos. Adicionalmente, a Companhia apurou um ágio técnico oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido apurado sobre os referidos direitos.

NOTA 9 - FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	11.134	51.350
Fornecedores de materiais e serviços	3.134	1.490
	14.268	**52.840**

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA e ao CDI, em decorrência dos financiamentos e ações preferenciais resgatáveis contratados pela controlada direta.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

		Cenário			
	Variação	Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	2021	2022	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.
CDI	9,2%	11,5%	2,3 p.p.	2,9 p.p.	-0,3 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamentos				
IPCA	2.657.268	132.880	(33.222)	20.292
Ações preferenciais resgatáveis				
CDI	531.216	(12.536)	(16.402)	1.573

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (ações preferenciais resgatáveis, financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	531.216	504.784	3.188.484	1.280.851
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(91)	(8.407)	(223.049)	(47.850)
Dívida líquida	**531.125**	**496377**	**2.965.435**	**1.233.001**
Patrimônio líquido	**349.925**	**491.380**	**349.925**	**491.380**
Dívida líquida/Patrimônio líquido	**1,5**	**1,0**	**8,5**	**2,5**

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Controladora				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ações preferenciais resgatáveis	-	235.819	163.693	484.337	883.849
	-	**235.819**	**163.693**	**484.337**	**883.849**

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14.268	-	-	-	14.268
Ações preferenciais resgatáveis	-	235.819	163.693	484.337	883.849
Financiamentos	40.624	434.693	415.385	2.840.793	3.731.495
	54.892	**670.512**	**579.078**	**3.325.130**	**4.629.612**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	9	8.293	221.276	47.538
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	82	114	1.773	312
Depósitos vinculados	45.360	43.778	45.360	43.778
	45.451	**52.185**	**268.409**	**91.628**
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	-	-	14.268	52.840
Financiamentos	-	-	2.657.268	776.067
Ações preferenciais resgatáveis	531.216	504.784	531.216	504.784
	531.216	**504.784**	**3.202.752**	**1.333.691**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11 - FINANCIAMENTOS

Em junho de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada direta Novo Estado, contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 1.710.000. Até 31.12.2021, foi liberado o montante de R$ 910.459 com o BNDES. Em agosto de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada direta Novo Estado, contratou financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (BASA), no valor de R$ 800.000, em substituição a parcela (no mesmo valor) do crédito contratado junto ao BNDES. Em 2021, ocorreram as primeiras liberações deste financiamento no montante de R$ 729.628 (R$ 729.572, líquidos dos custos de captação). Os recursos destes financiamentos foram destinados ao financiamento da construção do sistema de transmissão.

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	11.768	1.906.245	1.918.013	-	771.504	771.504
BASA	5.569	711.734	717.303	-	-	-
Encargos	21.952	-	21.952	4.563	-	4.563
	39.289	**2.617.979**	**2.657.268**	**4.563**	**771.504**	**776.067**

b) Mutação dos financiamentos

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Ingressos	-	741.939	741.939
Juros	13.980	-	13.980
Variação monetária	20.148	-	20.148
Transferências	(29.565)	29.565	-
Saldos em 31.12.2020	**4.563**	**771.504**	**776.067**
Ingressos	-	1.640.031	1.640.031
Juros	110.229	-	110.229
Variação monetária	167.023	-	167.023
Transferências	(206.444)	206.444	-
Amortização de juros	(36.082)	-	(36.082)
Saldos em 31.12.2021	**39.289**	**2.617.979**	**2.657.268**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Consolidado
2023	121.876
2024	121.876
2025	121.876
2026	121.876
2027	121.876
2028 a 2032	609.380
2033 a 2037	609.380
2038 a 2042	609.380
2043 a 2044	180.459
	2.617.979

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo em 31.12.2021
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	1.923.600
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	733.668

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança bancária e/ou fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*
BNDES e BASA	ICSD[1] ≥ 1,3

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 12 - AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 21.08.2020, aprovou a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R$ 500.000. A emissão ocorreu em 01.09.2020. As ações dão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela Companhia de forma prioritária e cumulativa. A partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a Companhia obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

Os custos de emissão totalizaram R$ 23.243 e foram custeados pela controladora indireta, ENGIE, nos termos da emissão.

A quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 95.446.379, subdivididas em 12 classes, com diferentes prazos de resgate, sendo o prazo de resgate da última classe 31.10.2034. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Novo Estado Participações S.A.	5,2385	2,6192	2,6192

Para efeitos societários na Companhia, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R$ 250.000, e parte como reserva de capital, no montante de R$ 250.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro, portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de qualquer pagamento de proventos ou distribuições pela Companhia.

[1] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

A mutação das ações preferenciais resgatáveis, no período, foi a que segue:

	Consolidado - Não circulante
Emissão de ações	500.000
Juros	4.784
Saldo em 31.12.2020	**504.784**
Custo com emissão	(1.331)
Juros	27.763
Saldo em 31.12.2021	**531.216**

a) Vencimentos das ações preferenciais resgatáveis apresentadas no passivo não circulante

	Consolidado
2023	44.268
2024	44.268
2025	44.268
2026	44.268
2027	44.268
2028 a 2032	221.340
2033 a 2034	88.536
Ações preferenciais resgatáveis	**531.216**

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
ICMS[1]	8.416	6.011
ISSQN[2]	4.194	3.911
INSS[3]	3.194	1.551
PIS[4] e Cofins[5]	170	9
Outros	114	73
	16.088	**11.555**
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(98)	(165)
	15.990	**11.390**

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
(2) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
(3) Instituto Nacional do Seguro Social.
(4) Programa de Integração Nacional.
(5) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	Controladora				
	31.12.2021				31.12.2020
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	9.938	2.485	894	3.379	3.406
Ativo líquido		**2.485**	**894**	**3.379**	**3.406**

	Consolidado				
	31.12.2021				31.12.2020
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Receita de implementação de infraestrutura	2.864.398	716.100	257.796	973.896	514.526
Valor justo de direitos de projeto adquirido	236.021	59.005	21.242	80.247	80.247
Remuneração do ativo de contrato	462.325	115.581	41.609	157.190	37.054
Ativo:					
Custo de implementação de infraestrutura	3.042.405	760.601	273.816	1.034.417	479.141
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	311.445	77.861	28.030	105.891	14.780
Outros	22.460	5.615	2.021	7.636	15.605
(Passivo) líquido		**(46.609)**	**(16.780)**	**(63.389)**	**(122.301)**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		(56.521)	(20.347)	(76.868)	(122.301)
Ativo		9.912	3.567	13.479	-
Total		**(46.609)**	**(16.780)**	**(63.389)**	**(122.301)**

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado
Impostos diferidos no resultado	3.406	(39.572)
Impostos diferidos sobre mais valia de aquisição de controlada	-	(80.247)
Impostos diferidos de empresa de aquisição de controlada	-	(2.482)
Saldos em 31.12.2020	**3.406**	**(122.301)**
Impostos diferidos no resultado	(27)	58.912
Saldos em 31.12.2021	**3.379**	**(63.389)**

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos irá ocorrer a partir da entrada em operação comercial da infraestrutura de transmissão, prevista para ocorrer até 2023.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2021, era de R$ 669.277 (R$ 668.812 em 31.12.2020), dividido em 514.723.045 ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 419.276.666 ações ordinárias e 95.446.379 ações preferenciais resgatáveis, totalmente subscritas e integralizadas e sem quaisquer Ônus, exceto pelas disposições previstas no Acordo de Acionistas.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A.	419.276.666	-	419.276.666	81,44
Itaú Unibanco S.A.	-	95.446.379	95.446.379	18,56
	419.276.666	**95.446.379**	**514.723.045**	**100,0**

b) Reserva de capital

A Companhia alocou o montante captado via emissão de ações preferenciais resgatáveis da seguinte forma: parte como capital social integralizado, no montante de R$ 250.000, e parte como reserva de capital, no montante de R$ 250.000. Mais informações vide Nota 12 – Ações preferenciais resgatáveis.

c) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	-	3.628
Reserva de retenção de lucros	-	68.940
	-	**72.568**

c.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. O saldo de 31.12.2020, no montante de R$ 3.628 , foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R$ 141.920 apurado em 2021.

c.2) Reserva de retenção de lucros

O saldo de R$ 68.940 foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R$ 141.920 apurado em 2021.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

O Acordo de Acionistas assinado na emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 12 – Ações preferenciais resgatáveis), indica que, a partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a NEP obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações.

NOTA 16 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.415.712	1.308.458
Remuneração de ativo de contrato	356.649	93.388
Operação e manutenção	74	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.772.435**	**1.401.846**

NOTA 17 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2021					
	Controladora			Consolidado		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**(141.851)**	**(141.851)**	**(141.851)**	**(200.791)**	**(200.791)**	**(200.791)**
Alíquota nominal	-	-	-	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**-**	**-**	**-**	**50.198**	**18.071**	**68.269**
Diferenças permanentes						
Diferença de base tributada pelo lucro presumido	(46)	(23)	(69)	(6.906)	(2.492)	(9.398)
	(46)	**(23)**	**(69)**	**43.292**	**15.579**	**58.871**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(26)	(16)	(42)	(25)	(16)	(41)
Diferido	(20)	(7)	(27)	43.317	15.595	58.912
	(46)	**(23)**	**(69)**	**43.292**	**15.579**	**58.871**
Alíquota efetiva	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**21,6%**	**7,8%**	**29,3%**

Em 2021, a NEP alterou o regime de tributação para Presumido (Real em 2020). A Novo Estado manteve o regime de tributação Real em 2021 e 2020.

	31.12.2020					
	Controladora			Consolidado		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**69.162**	**69.162**	**69.162**	**112.140**	**112.140**	**112.140**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(17.291)**	**(6.225)**	**(23.516)**	**(28.035)**	**(10.093)**	**(38.128)**
Diferenças permanentes						
Equivalência patrimonial	20.991	7.557	28.548	-	-	-
Outras	(1.195)	(431)	(1.626)	(1.062)	(382)	(1.444)
	2.505	**901**	**3.406**	**(29.097)**	**(10.475)**	**(39.572)**
Composição dos tributos no resultado						
Diferido	2.505	901	3.406	(29.097)	(10.475)	(39.572)
	2.505	**901**	**3.406**	**(29.097)**	**(10.475)**	**(39.572)**
Alíquota efetiva	**-3,6%**	**-1,3%**	**-4,9%**	**25,9%**	**9,3%**	**35,3%**

NOTA 18 - SEGUROS

a) Riscos de engenharia

A Companhia mantém contratado seguro de risco de engenharia para os Sistemas de Transmissão Novo Estado, cujo limite para danos materiais é de R$ 500.000.

b) Danos materiais e lucros cessantes

Em 2021, em virtude da solicitação de anuência da Aneel para a entrada em operação do Sistema de Transmissão Novo Estado, foi contratada apólice de riscos operacionais exclusiva para as subestações, abrangendo danos materiais e lucros cessantes, nos montantes totais de, respectivamente, R$ 135.607 e R$ 34.156. A vigência da apólice vai até 19.12.2022.

NOTA 19 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia firmou contratos de construção das subestações e linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2021, eram de R$ 592.990.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Novo Estado Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Presidente

Marcelo Carsoso Malta
Diretor Administrativa e Financeira

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC